



NOTA PÚBLICA CONTRA A REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SAÚDE INDÍGENA PROPOSTA PELO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO NA PLOA 2023

Nós povos, comunidades, organizações e lideranças indígenas que compõem a base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) manifestamos por meio desta nota pública a nossa profunda indignação e grave preocupação pelo futuro sombrio desenhado pelo atual governo de Jair Bolsonaro para a saúde dos nossos povos e comunidades para o ano de 2023.

No fim de mandato, coroando o projeto de morte que implementou contra os nossos povos e territórios, Bolsonaro projeta dismantlar o Subsistema de Saúde Indígena, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SASI/SUS) e que com muita luta conquistamos como parte das políticas públicas específicas e diferenciadas destinadas aos nossos povos em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

O Subsistema é organizado a partir de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), localizados em todas as regiões do país, sob responsabilidade federal, fundamentalmente no tocante ao financiamento. Só assim pode ser garantido às comunidades por vezes de difícil acesso à atenção básica, ao atendimento preventivo e cotidiano à saúde ou para assistência de alta complexidade, em integração com o SUS, o que muitas vezes implica em altos gastos com transporte de pacientes, por exemplo.

A criação do subsistema é uma resposta acertada, diante de um histórico de descasos de governos municipais e estaduais com a saúde indígena que à época a gerenciavam no âmbito da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Em razão da realidade diversa e peculiar dos nossos povos e territórios é obvio que o subsistema tem complexa estrutura e requer, para funcionar de forma eficiente, montantes consideráveis de recursos financeiros.

O governo Bolsonaro, no entanto, prevê em sentido contrário o desempenho do atendimento à saúde indígena. Para isso encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária 2023 (PLOA 2023), que propõe um corte orçamentário para o subsistema que chega a casa dos 59%, se comparado com o orçamento autorizado para 2022.

Para a APIB, a proposta do Executivo constitui uma declaração explícita de abandono de responsabilidade federal para com o Subsistema, implicando, entre outros impactos, na precarização ou ausência de assistência básica nas nossas comunidades, redução ou cortes nas equipes multidisciplinares, falta de medicamentos, falta de insumos e equipamentos, e indisponibilidade de infraestrutura e logística para pacientes que precisam atendimento nas unidades de alta complexidade.

A proposta do executivo não destoa apenas do orçamento autorizado no ano em curso. Trata-se de um contrassenso se considerarmos o que estava previsto nos Projetos de Lei dos últimos 10 anos para a Saúde Indígena. PLOAs anteriores chegaram a propor para a ação orçamentária da saúde indígena montantes até mesmo na casa dos R\$2 bilhões (em 2015 e 2016). Mesmo nas propostas mais modestas, o montante estava próximo ao R\$1,5 bilhões. A proposta do governo Bolsonaro, no entanto, reduz esse montante para pouco mais de meio milhão de reais.

Não há qualquer justificativa técnica para o tamanho do corte proposto. Pelo contrário, se analisarmos a execução financeira da mesma ação orçamentária, vemos que, ao longo dos últimos 10 anos ela se manteve relativamente estável, chegando ao valor máximo R\$ 2,1 bilhões (2018) e ao mínimo de R\$1,5 bilhões (2013). Ou seja, mesmo no ano de menor execução, trata-se de orçamento 2,5 vezes maior que o proposto para 2023, ainda que a população indígena esteja em curva ascendente e que tenhamos vivido recentemente a pandemia da COVID-19, de forte impacto entre povos originários. Mesmo no ano de 2022, a execução já chegou à casa do R\$1,2 bilhões – ano que ainda está em curso e que portanto seguramente alcançará outros patamares.

Além do montante efetivamente aplicado para a realização da política, pode-se perceber pelos dados que a taxa de execução financeira (relação entre valores autorizados e efetivamente gastos) da política é boa, mantendo-se no mínimo na casa dos 82%. Ou seja, tampouco se pode apelar para pouca eficiência na execução do orçamento destinado à Saúde Indígena, como muitas vezes é argumentado, com tendência a políticas austeras.

Mais uma vez Bolsonaro nos atinge, querendo consumir a sua política genocida, denunciada inúmeras vezes pelos nossos povos e organizações, em favor de sua política eleitoreira, materializada no orçamento secreto, e da sua política ultraliberal de querer privatizar serviços básicos tão caros à população, principalmente àqueles segmentos mais vulneráveis, que como nós sofrem historicamente o descaso e o abandono do Estado.

Pelo bem viver dos nossos povos e pela continuidade da política de saúde diferenciada, assegurada a nós pela Constituição Federal e leis específicas, chamamos a todos os nossos parentes e parentas, aliados da nossa luta e parlamentares solidários e solidárias com a nossa causa a estarmos vigilantes e mobilizados para evitar mais esta truculência e ataque frontal aos nossos direitos fundamentais orquestrado por Bolsonaro e a sua base de sustentação no Congresso Nacional.

Brasília – DF, 28 de outubro de 2022.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

ANEXOS*

Evolução dos PLOA para a saúde indígena

Ano	Montante proposto no PLOA
2013	1.510.154.272,36
2014	1.724.741.434,03
2015	2.086.907.479,57
2016	2.055.785.336,41
2017	1.867.469.899,70
2018	1.723.303.393,09
2019	1.693.558.425,36
2020	1.646.392.086,84
2021	1.665.735.894,93
2022	1.535.429.267,46
2023	609.968.067,00



% Execução financeira	
2013	82%
2014	88%
2015	85%
2016	84%
2017	86%
2018	109%
2019	97%
2020	99%
2021	95%
2022	82%

Porcentagem de execução financeira da Saúde Indígena:

*Fontes: Siga Brasil; Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)